

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARIA EDVANIA FAGUNDES

Atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA INFRA-HUMANIZAÇÃO

MACEIÓ
2015

MARIA EDVANIA FAGUNDES

Atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA INFRA-HUMANIZAÇÃO

Dissertação submetida à avaliação da Banca Examinadora, do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Alagoas, como requisito ao grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof^a Dr^a Sheyla Christine S. Fernandes

MACEIÓ
2015

AGRADECIMENTOS

Ao Gabriel Germano por sua importante colaboração neste trabalho.

A Vanuzia Costa que me motivou e esteve por perto.

Ao Emanuel Cordeiro por suas observações construtivas.

A Eleonora Vaccarezza, por sua relevante contribuição.

A Sheyla Fernandes, minha orientadora, por seu carinho, incentivo e por não ter deixado a minha *peteca* cair!

Aos participantes do estudo.

Ao Jorge Costa, Augusto e Caio.

RESUMO

FAGUNDES, M. E. O. **Atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA INFRA-HUMANIZAÇÃO.** 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2015.

Este estudo teve como finalidade analisar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres, a partir da teoria da infra-humanização. Mais especificamente, analisar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres como indicador dos níveis de preconceito, assim como verificar a relação entre as atribuições e o sexo dos participantes. Para tanto, foi utilizado um livreto, que além de algumas informações sociodemográficas contou com uma escala de atribuição diferenciada de emoções e traços adaptada de Lima e Vala (2004), que solicitava ao participante que indicasse a frequência com que acredita que o grupo alvo experimenta as emoções (ex.: raiva, culpa, dor, atração, alegria, amor), e pode ser descrito pelos traços (ex.: esperto, agressivo, dócil, civilizado, livre, supersticioso), listados. A escala é do tipo *likert*, de 5 pontos, que variam do nunca ao sempre; do nada típico ao totalmente típico. O livreto foi respondido por uma amostra de 309 estudantes universitários, sendo 52,1% do sexo masculino ($n = 161$), e 47,9% do sexo feminino ($n = 148$), com idades variando de 18 a 33 anos, com média de idade de 23,3 anos ($D.P. = 3,80$). A aplicação dos instrumentos foi realizada em ambiente coletivo de sala de aula, com tempo médio de resposta de 12 minutos. Os participantes foram esclarecidos sobre o anonimato e sigilo de suas respostas, e obteve-se o consentimento livre e esclarecido de todos os participantes. A análise dos dados foi realizada mediante a utilização do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS 20.0). Procedeu-se análises de comparação dos escores médios (*t de student*) entre participantes do sexo masculino e feminino. Os resultados mostraram o fenômeno da infra-humanização e do preconceito em relação às mulheres, como foi hipotetizado. Verificou-se ainda que as emoções são mais apropriadas para análise da infra-humanização, porque não sofrem interferência das normas de desejabilidade social. Ademais, confirmou-se a tendência ao favoritismo endogrupal por parte de ambos os grupos. Com base na literatura, concluímos que homens que avaliam mulheres com características inferiores são os que têm maior potencial de praticar violência contra a mulher.

Palavras-chave: Mulheres. Infra-humanização. Emoções. Preconceito.

ABSTRACT

FAGUNDES, M. E. O. Differentiated attributes of emotions to women: A STUDY IN THE PERSPECTIVE OF INFRAHUMANIZATION. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2015.

This study has as a major purpose to analyze the differentiated attributes of emotions and traits to women, since the infrahumanization theory. More specifically analyze the differentiated attribution of emotions and traits to women as a prejudice level indicator, as well as verify the relationship between the attributions and the sex gender of the participants. A booklet was used for such an intent. Besides some sociodemographical information has been accounted by a differentiated attribute scale of emotions and traits adopted by Lima and Vala (2004), who requested to the participant that stated the probable believable frequency the target group experiences such emotions (e.g.: anger, guilty, pain, attraction, joy, love) and can be described by the listed traits (ex: being smart, aggressive, kind, civilized, free, superstitious). The scale is of the kind *likert*, of 5 points, which vary from never to always; from nothing typical to totally typical. The booklet was answered by a sample of 309 college students, being 52,1 % of the male sex (n= 161), and 47,9 % of the female sex (n= 148), with ages between 18 to 33, with an average of 23,3 years (D.P = 3,80). The application of instruments was performed in the collective environment of a classroom, with an average time of 12 minutes response. Participants were clarified about the anonymity and secrecy of their answers and free permission was granted by all participants. The data analysis was performed by the use of the Statistical Package for Social Sciences (SPSS 20.0) program. Proceeded comparison analysis of mean scores (t-student) between participants male and female. Results showed the phenomena of infrahumanization and of the prejudice relating to women, as hypothesized. It was found that emotions are more appropriate for analysis of infra-humanization because they do not suffer interference from the norms of social desirability. Finally, the tendency to the endogroup favoritism was confirmed by both groups. Based on literature, we have concluded men who assessed women with lower traits are the ones who have a higher probability to practise violence against women.

keywords: Women. Infrahumanization. Emotions. Prejudice.

Sumário

INTRODUÇÃO	5
PARTE II: MARCO TEÓRICO.....	10
1. PRECONCEITO: PRINCIPAIS DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS	10
1.2. Preconceito contra as mulheres.....	17
2. INFRA-HUMANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DIFERENCIADA DE EMOÇÕES E TRAÇOS	25
PARTE III: ESTUDO EMPÍRICO.....	35
3. OBJETIVOS	35
3.1. Objetivo Geral	35
3.2. Objetivos Específicos	35
4. MÉTODO.....	35
4.1. Hipóteses.....	35
4.2. Participantes.....	36
4.3. Instrumento.....	36
4.4. Procedimentos	38
4.5. Análise dos Dados.....	39
5. RESULTADOS.....	39
6. DISCUSSÃO	43
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS.....	59

INTRODUÇÃO

Pois assim como a natureza equipou o leão com garras e dentes, o elefante com presas, o javali com colmilhos, o touro com chifres e a siba com tinta, do mesmo modo equipou a mulher com o poder da dissimulação como meio de ataque e defesa, e transformou nesse dom toda a força que conferiu ao homem na forma de força física e poder de raciocínio. A dissimulação portanto é inata nela [...] é tão natural para ela como o é para um animal empregar seu meio de defesa sempre que é atacado [...].

Arthur Schopenhauer

O processo de infra-humanização, segundo Leyens, et al., (2001), ocorre pela via da negação de características unicamente humanas ou atribuição de características animais a seres humanos (LEYENS, et al., 2001). É neste lugar, entre os animais e como animais, que Arthur Schopenhauer (1970) situa as mulheres, que, para a teoria da infra-humanização, trata-se de um grupo infra-humanizado.

Schopenhauer apelou à inferiorização natural da mulher sob um sofisticado discurso relativo à seleção natural. Charles Boxer (1977, p. 121), por outro lado, maximiza o caráter animalesco atribuído ao gênero feminino, elevando o seu caráter a uma espécie assombrosa, ao afirmar que:

A mulher é o mais monstruoso animal de toda a criação [...]. Ter este animal em casa é o mesmo que procurar complicações sob forma de mexericos, tagarelices, bisbilhotice maliciosa e controvérsia; porque, sempre que uma mulher está presente, parece impossível haver paz e tranquilidade.

Seja qual for o sentido da metáfora, o fato é que comparar pessoas com espécies animais significa tirar-lhes o caráter de humanidade, e demonstra uma clara evidência de preconceito e discriminação (LEYENS & DEMOULIN, 2007),

como nas citações de Schopenhauer, filósofo alemão, e de Boxer, historiador britânico.

Atributos animais são comuns quando o alvo são as mulheres. Como em Schopenhauer e Boxer, no texto de Luiz Vilela (1973), o autor traz o significado da palavra mulher como sinônimo de animal (p. 189). Nesse contexto, a animalização da mulher está presente também nos romances realistas e na literatura modernista do século XX, a exemplo das obras de Aluísio de Azevedo e Jorge Amado (CARVALHO & RODRIGUES, 2007), e de Guimarães Rosa (DE ASSIS DUARTE, 2012).

Ao reportar tais atributos a um grupo de seres humanos, comparando esse grupo com espécies animais, os autores conjecturam que o grupo de mulheres é inferior à categoria de humanos, segundo a teoria da infra-humanização proposta por Leyens et al., (2001), Lima e Vala (2004), através dos quais está fundamentado teoricamente este estudo.

O argumento central da infra-humanização é de que o favoritismo endogrupal estabelece uma forte relação entre os traços culturais e emoções secundárias e o próprio grupo (CORTES, et al., 2005; LEYENS et al., 2000; PALADINO et al., 2002), reservando os traços naturais e emoções primárias para o outro grupo.

Do ponto de vista do favoritismo endogrupal, destaca-se a Teoria da Identidade Social, que é considerada uma teoria muito relevante no contexto das relações intergrupais. Esta teoria considera razoável admitir que as pessoas procurem diferenciar positivamente o seu grupo de outros, com o propósito de proteger o próprio grupo e sua identidade social (TAJFEL, 1982; TAJFEL & TURNER, 1986). Para esses autores, este processo une três pontos fundamentais,

que são: a categorização social, a identidade social e a comparação social, que faz com que os indivíduos busquem afirmar uma identidade positiva, a partir de comparações entre o seu grupo e o grupo dos outros, em cima de valores socialmente dominantes.

Embora possa existir a atribuição aos membros do endogrupo de traços naturais e emoções primárias ao grupo que pertencem, isso não pode ser entendido como um princípio básico. Apenas ocorre quando os membros do endogrupo não se identificam com o seu grupo ou não o consideram significativo (RODRÍGUEZ-PÉREZ, et al., 2011), ou quando os traços naturais e emoções primárias atribuídas são valorizadas socialmente (CERQUEIRA-SANTOS & DE SOUZA, 2011).

Ao processo de infra-humanização Lima e Vala (2004) fazem alusão a três principais indicadores, para que este processo aconteça, são eles: (a) negar que o exogrupo é capaz de adotar valores tipicamente humanos (conjunto de característica pertencente somente aos humanos, incluindo a linguagem, a cultura, a inteligência e os sentimentos); (b) caracterizar o exogrupo com traços de natureza ao invés de traços de cultura e (c) atribuir mais emoções primárias do que emoções secundárias ao exogrupo.

A linguagem, por exemplo, é um traço cultural aplicado a humanos (inteligente, civilizado, supersticioso), enquanto traços naturais (alegre, impulsivo, agressivo), são aplicáveis tanto para animais quanto para humanos, sendo que atribuir mais traços naturais do que traços de cultura a seres humanos é uma expressão de preconceito, que geralmente é dirigida a grupos sociais desvalorizados e alvos de exclusão (PÉREZ, MOSCOVICI & CHULVI, 2007).

Diversos estudos já foram realizados a partir do modelo teórico da infra-humanização, relacionando variáveis e grupos diferentes (p.ex. Rodríguez-Pérez, et

al., 2011; De Sousa, et. al., 2010). Na literatura nacional, fora feita uma busca eletrônica na base de dados do *Scielo*, em maio deste ano, e não foi encontrado nenhum trabalho que contemple as mulheres como grupo alvo de infra-humanização, mas como se trata de um grupo marcado por muitos estereótipos¹, preconceitos e discriminação (STUART MIL, 2006), interessou-nos estudar a atribuição diferenciada de emoções e traços, associados a este grupo, como indicador de preconceito.

Dessa forma, como objetivo central, este trabalho buscou verificar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres, com base na teoria da Infra-humanização. De forma mais específica, avaliar a existência de atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres como indicador dos níveis de preconceito, e verificar a relação entre sexo dos participantes e essas atribuições.

No intuito de atender os objetivos propostos e conhecer mais acerca dos construtos a presente dissertação foi desenvolvida em duas partes principais.

Marco Teórico (Parte I) compreendendo o capítulo Preconceito: principais definições e perspectivas, cujo propósito é apresentar as principais perspectivas teóricas sobre o preconceito, especificamente preconceito contra as mulheres, a teoria da infra-humanização e atribuição diferenciada de traços e emoções, e cinco capítulos seguintes que compõem o *Estudo Empírico* (Parte II); *Objetivos*, composto da descrição do objetivo geral e objetivos específicos aqui elencados; *Método* que descreve os aspectos metodológicos do estudo, como hipóteses, participantes, instrumentos, procedimentos e análises dos dados; *Resultados*, em que se explica os resultados das análises estatísticas buscando-se contemplar as hipóteses

¹ Conjunto de crenças exageradas associada a uma categoria, que tem a função de justificar a nossa conduta em relação a esta categoria ou grupos sociais, introduzindo simplicidade e ordem em lugar da complexidade, que são frequentemente compartilhados socialmente (ALLPORT, 1979).

elencadas; *Discussão*, abrangendo a discussão e fundamentação dos resultados à luz da teoria da infra-humanização e *Considerações finais*, que consiste em algumas considerações sobre os principais resultados encontrados, as possíveis limitações do estudo e aponta-se para direções futuras no âmbito da avaliação do preconceito contra as mulheres.

PARTE II: MARCO TEÓRICO

1 PRECONCEITO: PRINCIPAIS DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS

O preconceito é um assunto discutido há muito tempo, mas também continua sendo um assunto de permanente interesse de estudo. De modo geral indica percepções negativas sobre grupos e indivíduos. A discussão em torno da Psicologia Social esteve centrada no preconceito racial, prestando menor atenção a outros grupos socialmente desvalorizados (CASTILLO et. al., 2003; LIMA, 2011). É um tema de relevância para comunidade científica americana e europeia, desde o século passado (CABECINHAS, 2010; CABECINHAS & AMÂNCIO, 2004), baseado no entendimento de que a discriminação contra indivíduos de grupos minoritários era considerada irracional e injustificada, diferentemente do entendimento que se tinha por volta dos anos de 1920.

Desde o período Pós Segunda Guerra Mundial que o preconceito passou a demandar estudos, por razão de suas diferentes manifestações e implicações contra os grupos alvos, que foi possível a partir de um esforço no âmbito das ciências e da política para enfrentar tais manifestações em suas causas e consequências (RIOS, 2007).

No Brasil, por outro lado, os estudos sobre o preconceito ou estereótipos começaram a surgir a partir dos anos 90, com destaque para pesquisas voltadas aos grupos raciais (LIMA, 2011), provavelmente devido à criminalização do racismo legalmente estabelecida na Constituição de 1988 (GUIMARÃES, 2006).

Neste momento da história da Psicologia Social, o preconceito é um assunto de interesse de estudos de muitos pesquisadores, com crescentes publicações

sobre o tema. Suas definições e explicações são variadas, mas as principais acepções, até os dias mais recentes, estão apoiadas nas definições clássicas de Gordon Allport (1954/1962).

Foi em 1954 que Gordon Allport publicou um trabalho, “The Nature of Prejudice”, considerado uma obra clássica, e citada por muitos pesquisadores que se voltam aos estudos sobre o preconceito. Nesta obra, Allport assinala que o preconceito é um fenômeno dinâmico, e distingue três diferentes períodos de mudanças do significado do termo preconceito, iniciando pelo que ele afirmou ser um fenômeno caracterizado como um sentido baseado em decisões e experiências prévias, seguido pelo período que passou a ser um julgamento prematuro e apressado, e por último, no terceiro momento, agregou ao termo o componente emocional, fazendo referência a um estado de ânimo, que o indivíduo debela durante um julgamento.

Allport (1962), então, sintetiza a definição do preconceito como o ato de “pensar mal de otras personas sin motivo suficiente” (p. 21), no que ele acredita que tal expressão comporta todos os elementos capazes de explicar todas as demais definições do preconceito. Tal fenômeno é também definido como “o julgamento negativo e prévio dos membros de uma raça, uma religião ou dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo, e mantido apesar de fatos que o contradizem” (JONES, 1973, p. 54), e como uma atitude preconceituosa, que carrega sentimentos negativos, conduta hostil e julgamento infundado, podendo resultar em um efeito de antipatia, apoiada em generalização errada e inflexível contra grupos ou membros destes grupos, devido ao seu pertencimento (CASAS MARTÍNEZ, 2008).

Apesar destas outras definições, em linhas gerais é em Allport (1962), que elas se apoiam. Este autor discutiu o preconceito com base em alguns níveis de análise (LEYENS, et al., 2000; FERNANDES, 2008/2011; BELO, SOUZA & CAMINO, 2010; LIMA, 2011), de modo que colocou em evidência seis pontos de vista distintos e complementares, dando ênfase aos aspectos causais ou constitutivos do preconceito; e também outros fatores que pesam no processo de formação desse fenômeno.

Aos níveis de análise do preconceito Allport enfatizou uma sequência de enfoques até chegar ao objeto alvo do preconceito, partindo do Enfoque histórico. Neste enfoque Allport salienta que os determinantes causadores do preconceito surgem de determinantes econômicos, mas não se limita a isso. Para ele, os preconceitos em qualquer nível existente no mundo, vai sempre haver uma relação histórica em suas causas existenciais.

No *Enfoque sócio-cultural* Allport sublinha os fatores que alçam conflitos sociais. A passagem das culturas gera contatos mecanizados e restringe os contatos humanos, favorecendo uma fragilidade entre as relações pela insegurança e pelos diversos tipos de sentimentos que se desenvolve frente às pessoas estranhas. Esse estado de estranheza torna possível desencadear elementos para o preconceito.

O terceiro nível de análise baseia-se no Enfoque situacional, que busca explicar o preconceito como uma consequência do processo de experiência de aprendizagem, na atmosfera das relações. No Enfoque da dinâmica e estrutura da personalidade, quarto enfoque, Allport destaca a natureza psicológica do indivíduo, pela busca do poder. A satisfação, o sucesso e o status social seriam os objetos de desejo, que para atingi-los resultaria naturalmente em conflitos.

O Enfoque fenomenológico, que antecede o último nível de análise, preocupa-se com a visão de mundo do indivíduo e a adaptação a esta visão. Destaca o nível de causalidade imediato, sem excluir, entretanto, fatores históricos, culturais e estruturas da personalidade antecedentes.

Por fim, o Enfoque através do objeto estimulador, evidencia interesse pelo objeto alvo do preconceito. Este é o ponto de chegada ao objeto estimulador em si mesmo. Neste lugar os grupos alvo podem apresentar diferenças de fato em termos étnicos ou culturais, que mobilizem forças aversivas e hostilidade contra si.

Feitas essas considerações, Allport se considera eclético e não reduz os elementos do preconceito a uma única perspectiva, como supõe fazer alguns pesquisadores que buscam valorizar e defender o enfoque ao qual se apóiam, mas cada um desses enfoques abre uma porta de compreensão sobre o fenômeno.

Além das contribuições de Allport, outras vertentes teóricas enfatizaram aspectos distintos do preconceito. Em uma revisão histórica sobre o curso das produções científicas norte-americanas, Duckitt (1992), por exemplo, destacou diferentes períodos e perspectivas em que o preconceito foi estudado. Refere-se ao início do século XX, quando o preconceito ainda não era caracterizado como um problema, entre os anos vinte, com a defesa da hierarquia das raças, que submerge décadas depois quando a biologia descaracteriza o conceito de raça, e anos após, a partir da década de sessenta, quando o foco de atenção das pesquisas científicas volta-se para os aspectos *racionais* e *estratégicos* do preconceito. Neste período, a cognição e as relações de poder aparecem como elementos imperativos à formação do preconceito, já nos anos de 1980.

Duckitt buscou compreender como processos cognitivos, a exemplo da categorização, contribuíam para o processo do preconceito e da discriminação. A

categorização, segundo ele, seria um mecanismo do aparelho cognitivo, para tornar a interação com o meio físico e social mais eficaz e econômica em relação à quantidade de informação a ser assimilada. Por este ponto de vista, seria inevitável a tendência básica do nosso sistema cognitivo em agrupar objetos e pessoas em categorias. Assim, o preconceito surge como um processo natural e inevitável, devido a limitações da nossa competência para emitir julgamento e avaliação de pessoas e dos grupos aos quais elas pertencem.

O estudo relativo aos estereótipos busca compreender como a estrutura cognitiva organiza e representa informações sobre categorias sociais e de que forma isso contribui para a formação dos preconceitos e comportamentos discriminatórios. É um elemento central na formação dos preconceitos (HASLAM, 1997; LEPORE & BROWN, 1997; SILVA, 2010), que funcionam como uma estratégia para simplificar o significado das coisas do mundo em nosso entorno, minimizando a complexidade do ambiente social. Está associado ao modo como percebemos as pessoas e atribuímos a elas certas características por pertencerem a um determinado grupo (LOBERA & FERNÁNDEZ, 2008). Envolve um conjunto de fatores que vai desde avaliações físicas, biológicas, individuais, grupais e contextuais (GUERRA, 2002).

Uma outra perspectiva situa o preconceito no contexto dos movimentos políticos de exclusão e favorecimento social, no formato das relações intergrupais, destacando-o como um produto das relações de poder e julgamentos sociais (SCHALLER, 1991; CAMINO, et al., 2001; CAMINO & NUNES, 2011; FERNANDES, COSTA, CAMINO & MENDOZA, 2007).

Esta visão tira o preconceito do foco das características psicológicas individuais e da personalidade, propostas pelas correntes que salientam esses aspectos (ver Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950), e da visão dos

processos cognitivos (GAERTNER & MCLAUGHILIN, 1983; FISKE & TAYLOR, 1991), indo além da visão clássica do preconceito, debruçando-se na perspectiva das relações intergrupais.

Uma das formas mais recentes de se discutir o preconceito parte da infra-humanização, como um novo modelo de análise, através da atribuição diferenciada de emoções e traços aos grupos sociais (LIMA & VALA, 2004; LIMA, 2011; LEYENS et. al., 2000). É um modelo desenvolvido pela necessidade de avaliação do preconceito enquanto processo dinâmico².

A partir do momento em que se percebeu que o preconceito e suas consequências se apresentavam como uma problemática, passou-se também a existir uma certa preocupação entre os pesquisadores, no sentido de estudar estratégias de redução deste fenômeno. O contato imaginado é considerado uma das estratégias de redução do preconceito (FALVO, et al., 2015).

Estes autores demonstraram, através de um experimento com estudantes Universitários, que a simulação de contato imaginado com um grupo alvo de preconceito pode favorecer a redução do fenômeno. Com os olhos fechados, os estudantes eram motivados a imaginar uma determinada situação de contato com um grupo alvo – sem-teto, através de uma narrativa positiva. Posteriormente os estudantes caracterizavam esse grupo com características humanas e animais (emoções primárias e emoções secundárias). O grupo alvo, após a simulação recebeu mais características humanas.

O argumento é que a simulação imaginada de uma interação positiva favorece a percepção de maior humanidade do outro e de toda a categoria (ver

² Allport (1954/1962) considera o preconceito como um fenômeno dinâmico, mas afirma que existe uma certa regularidade dos seus elementos, como a tendência pela hierarquização, os sentimentos e emoções desenvolvidos contra membros de um grupo e a crença de que há uma uniformização dos membros do grupo alvo.

Falvo, Capozza, Di Bernardo & Pagani, 2015, para uma revisão). De acordo com Crisp e Turner (2012), esse tipo de contato pode reduzir expressivamente a associação de pessoas com espécies animais ou objetos, através da caracterização com traços e emoções mais próximas do pólo das emoções e traços experimentados por animais.

Esses traços e emoções são comumente associados às mulheres, como demonstrado na introdução deste estudo, caracterizando uma forma particular de expressão do preconceito, contra este grupo. Entretanto, são muitas as formas preconceituosas experimentadas por elas.

1.2. Preconceito contra as mulheres

Baby
Só por hoje
Esqueça o feminismo
As passeatas e as greves democratas
[...] Não fui eu quem fez as leis
Que não lhe dão maior autonomia

Erasmu Carlos/Roberto Carlos

O trecho da música em destaque, gravada em 1976, revela o lugar e a condição que a mulheres estavam sujeitas na década de 70. Mostra também que naquele período elas já começavam a se organizar contra as condições de desigualdade social em relação aos homens. Algumas expressões são emblemáticas, como *as passeatas*, *o feminismo*³ e as leis. Isso traz um retrato dos anos 70, quando as mulheres foram capazes de sair à luta em favor da igualdade de direitos e obrigações, e promoveram o início da quebra da hegemonia masculina, especialmente em relação às leis.

Os movimentos iniciados nessa época, ou um pouco antes, seguiram e até hoje existe um esforço que ultrapassa o campo de interesse estritamente feminino. De acordo com Cerqueira et. al., (2014), esse esforço representa uma proposta político-ideológica em prol da igualdade entre os dois sexos, contemplando todas as esferas da vida. Na esfera legislativa alguns direitos e garantias atenuaram as desigualdades, mas a discriminação baseada no sexo ainda é muito evidente e representa lugar de menor importância na escala de hierarquia de outros tipos de preconceito e discriminação.

³ Movimento social, político e ideológico que reivindica a igualdade de direitos, oportunidades e responsabilidade de grupos sociais “minoritários” e da desconstrução de práticas e instituições sociais, patriarcais opressoras.

Para Cerqueira et. al., (2014), a discriminação e o preconceito contra as mulheres ainda é considerado marcante. Diferentemente do racismo, por exemplo, o preconceito contra as mulheres é um dos temas com menor destaque no âmbito das ciências que estão relacionadas aos estudos acerca dos preconceitos (LIMA, 2011).

As pesquisas sobre o preconceito contra as mulheres começaram a ser desenvolvidas com mais frequência a partir dos anos 60 e 70, justamente quando as mulheres começam a dar destaque às pautas de reivindicações pela participação nas políticas sociais (SOARES, 1994), e nos espaços acadêmicos, abrindo terreno para mostrar que a sociedade ainda estava formada por uma face autoritária, hierarquizada e preconceituosa. E neste sentido, o movimento feminista teve papel fundamental (BRABO, 2006).

No entanto, embora não seja novidade, o grupo das mulheres mesmo sendo maioria, na estrutura social forma um grupo menos valorizado frente ao grupo dos homens. Uma explicação para isso parte da divisão social (ROUSSEAU, 1755/2009; BARBOSA, 2013), e sexual do trabalho (GALINKIN & ISMAEL, 2011; CASTRO & SILVA, 2014; HIRATA & KERGOAT, 2007). Foi nesse pilar que os papéis sociais entre homens e mulheres foram construídos. Os homens construíram as suas bases de ocupação na esfera de produção e às mulheres restou a esfera privada, com atividades de menor valor social (HIRATA & KERGOAT, 2007; GOMES, DINIZ, ARAUJO & COELHO, 2007).

Desse modo, ecoa até os dias atuais os reflexos desta visão representada por uma sociedade eminentemente machista (CERQUEIRA-SANTOS & DE SOUZA, 2011; GALINKIN & ISMAEL, 2011), cujas diferenças entre ambos os sexos foram acentuadas ao longo da história, especialmente através do processo de socialização (MOLINIER & WELZER-LANG, 2009; FRANÇA, 2011). Neste contexto, os aspectos

biológicos foram as principais características que justificaram as diferenças sociais entalhadas entre homens e mulheres, justificando também as desigualdades políticas entre os sexos (SILVA, 2010), destacando a divisão social (BARBOSA, 2013), e sexual do trabalho (GALINKIN & ISMAEL, 2011), como dito anteriormente.

Ademais, existe uma forte tendência a se atribuir, ao sexo masculino, valores tidos como normativos, contribuindo, assim, para o reforço das desigualdades sociais entre os gêneros (CERQUEIRA, et. al., 2014), que tem origem nos dispositivos legais. O Código Civil de 1916 é um exemplo. Caracterizado pela discriminação em que se refere às diferenças de classe social, sexo e raça, e previa que a mulher devia submissão ao homem, inclusive não tendo direito a administrar os seus bens particulares, porque ao se casar perdia o direito civil (BRASIL, 2003).

Antes da edição dos Direitos Civis brasileiro o preconceito e a discriminação eram notadamente defendidos, legais e aplicados, como descritos no Código de 1916, e, portanto, legalmente compartilhados entre os grupos sociais. Com a edição dos Direitos Civis, passaram a ser proibidas e punidas quaisquer formas de preconceito e discriminação explícitas.

As mudanças legislativas, nos sistemas de valores e a globalização oportunizaram as mulheres a ocuparem novos espaços na sociedade, fazendo com que o preconceito contra elas também se tornasse evidente e enfatizado. Exemplo disso são a diferença em termos de salários e a distribuição dos cargos políticos “ditos para homem”, sem falar nas formas extremas de assédio moral e sexual, e os estereótipos atribuídos a elas do tipo “histéricas”, “machonas”, “exibidas” e “duronas”, simplesmente por serem mulheres (ONU MULHERES).

A luta por mudanças nesse cenário das desigualdades dos direitos civis e políticos, e de afirmação da igualdade de direitos e oportunidades, iniciou seus

primeiros sinais de mudança no século XIX, tomando fôlego no século seguinte, com as lutas dos movimentos feministas e a introdução da questão de gênero como uma construção social (SILVA, 2010; GALINKIN & ISMAEL, 2011).

Esse movimento favoreceu a quebra da hegemonia masculina e mostrou que as diferenças entre os sexos tinham base numa construção social e cultural, pondo a cabo a força do discurso referente às diferenças anatômicas como justificativa para a sujeição da mulher (SCOTT, 1990).

Os estudos realizados por Waiselfisz (2012) indicam que ainda existem muitos homens que seguem acreditando em sua superioridade e exerce a sua força em atos violentos de estupros, agressão física e psicológica. E, por sua vez, atribuem culpa à vítima, com discursos baseados em comportamentos ou na forma como as mulheres costuma se vestir.

A Secretaria de Política para Mulheres tem publicado algumas pesquisas sobre violência contra as mulheres, dentre as quais uma feita pela AVON, no ano de 2014, com 2.046 participantes de 16 a 24 anos de idade, em que 25% dos participantes admitiram que a mulher não deve usar roupas decotadas para não sofrerem algum tipo de violência por parte dos homens; 68% das mulheres afirmaram ter tomado cantada ofensiva e 44% afirmaram ter seu corpo tocado por um homem estranho durante uma festa.

O reflexo de atitudes desse tipo foi registrado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2011, com 70.285 atendimentos às mulheres vítimas de violência física, sexual e outros tipos de menor impacto, que correspondeu a 65,4% dos atendimentos feitos, decorrentes de atos de violência envolvendo ambos os sexos.

O Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do ano de 2013 mostrou que a violência contra as mulheres atinge todas as idades. No caso

de crianças e adolescentes elas são, em geral, violentadas sexualmente pelos pais e padrastos, enquanto que na fase adulta a agressão já parte dos cônjuges e, em grau menor, de pessoas mais distantes da convivência doméstica (WAISELFISZ, 2012).

No que refere ao levantamento internacional, o Brasil ocupou a 7ª posição em homicídio contra o grupo das mulheres, entre 84 países (WAISELFISZ, 2012). Fica evidente com isso que a violência contra a mulher no contexto brasileiro ainda é alarmante (BARBOSA, 2013). Neste levantamento, dentre as nove regiões brasileiras, a região Nordeste apareceu no *ranking* das demais.

Nos dias atuais as mulheres têm adotado atitudes em defesa de si mesmas e não aceitam mais o silêncio como resposta à violência sofrida (SILVA, 2010). O contexto de violência contra a pessoa do sexo feminino nas últimas décadas, e em várias partes do mundo, elevou esse tipo de violência a um patamar de visibilidade pública. Neste panorama, foram criados vários dispositivos de atendimento e proteção à mulher.

Com avanços dessa ordem, a Ouvidoria da Mulher, criada no ano de 2003, registrou no ano seguinte um total de 224 denúncias de atos de violência e, no ano de 2012, um total de 1515 casos, demonstrando que as mulheres estão mais intolerantes frente à violência. Desse total 39% foram relacionadas à violência sexual e 29% relacionadas a cárcere privado (SPMa, 2013). Entretanto, as diferenças regionais podem representar padrões diferentes no que se refere a aceitação ou entendimento da violência contra a mulher e as suas formas de expressão (GARCIA et al., 2013).

No ano de 2013, entre o período de janeiro a junho, a Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, criada em novembro de 2005 pela SPM prestou 306.201 atendimentos. Desse total 83,8% era sobre violência, com 37.582 casos,

tendo como principais agressores o companheiro, cônjuge, namorado ou “ex” da vítima. As vítimas, na maioria dos casos registrados (98,8%), eram mulheres pardas e brancas, predominantemente com escolaridades equivalentes ao ensino fundamental e médio. Dentre elas verificou-se que 62% não tinham relação de dependência financeira com o agressor e 82,7% tinham filhos em comum (SPMb, 2013).

Silva (2010) considera que esse número seja maior se for levado em consideração as mulheres sujeitas à violência psicológica, pelos estigmas experimentados no cotidiano, como consequência dos preconceitos sofridos, que estão arraigados no imaginário social coletivo. Esse tipo de violência, assim como outros tipos apresentados pela CPMI no ano de 2012, é fruto das consequências oriundas das relações assimétricas entre o homem e a mulher, expressas como uma forma extremada da expressão do preconceito, que resulta na discriminação em sua última forma (GOMES & DINIZ, 2008). Para Formiga (2009), a hostilidade praticada contra a mulher é resultante da intolerância em vê-la numa condição de poder e decisão.

Todas essas questões têm chamado a atenção de cientistas e também da Organização dos Direitos Humanos, que tem publicado dados, ligados ao preconceito e a discriminação contra o gênero feminino, e fornecido bases científicas acerca da violência contra esse grupo, alertando o poder público no sentido de promover garantias de direitos às mulheres (SILVA, 2010). Exemplo disso foi a criação da Lei n. 11.340/2006 e o disque 180.

O poder público não só deve criar tais dispositivos, mas criar e cuidar do efetivo funcionamento sob pena de ser condenado por algum ato de negligência e/ou omissão em fazer essa frente, como aconteceu com a vítima de violência

praticada pelo marido, Maria da Penha Maia Fernandes, que emprestou nome a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que teve repercussão internacional. Com efeito, o preconceito contra as mulheres não é mais somente um problema da vítima no espaço privado, agora é tema de repercussão pública na vida social, econômica e cultural da mulher (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, a questão que demarca as diferenças entre homens e mulheres caracteriza-se como uma problemática urgente e atual, passando a ser tema de estudos de muitas pesquisas (BANDEIRA, 2009; SILVA, 2010). Além disso, é compreendida como uma problemática pública que precisa de atenção, devido ao número de atos praticados pelos homens contra as mulheres, atingindo um percentual de óbitos feminino atinge cerca de 7% dos casos relacionados às formas extremas de violência, em todo o mundo (GOMES & DINIZ, 2008).

A ONU reconheceu, através do Relatório de Direitos Humanos, que a promoção da igualdade entre homens e mulheres é um fator necessário e urgente. A discriminação histórica contra a mulher foi o elemento essencial para esse reconhecimento, que também favoreceu perceber que essa problemática causa impacto negativo no crescimento socioeconômico em todos os países do mundo, já constatado mediante indicadores econômicos.

A partir do ano de 2006, com a promulgação da Lei 11.340, algumas políticas públicas em favor da mulher, foram implementadas. Os Núcleos de educação e reabilitação para autores de violência contra a mulher, além de participação em programas de recuperação e reeducação com base nessa lei (BRASIL, 2006). As políticas públicas se destinam assim às mulheres, no sentido de protegê-las da violência praticada pelos homens, e em relação aos homens no sentido de privilegiar alternativas à privação de liberdade.

Mesmo com todas as medidas existentes no sentido de evitar atitudes antinormativas dirigidas contra as mulheres, ainda existe uma certa complexidade para lidar com esta questão. Os discursos cotidianos que expressam uma forma de violência contra o gênero feminino estão encobertos e disfarçados pela normatividade, mesmo assim aparecem na linguagem de duplo sentido (DISCRIMINACIÓN, 2010), significando que o preconceito contra as mulheres, ainda que não apareça no discurso explícito por causa das normas da nova ordem de igualdades entre os dois sexos, nem mesmo na avaliação dos traços por seguir este mesmo viés, pode aparecer numa análise das emoções, segundo a teoria da infra-humanização.

2 INFRA-HUMANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DIFERENCIADA DE EMOÇÕES E TRAÇOS

A atribuição de diferenciada de emoções e traços entre grupos sociais pode ser compreendida como uma forma de julgamento social. Tal julgamento passa por um conjunto de elementos que constitui a essência humana, como as emoções secundárias ou sentimentos⁴ (LEYENS et al., 2000), e alguns atributos como linguagem, inteligência e moralidade (PÉREZ, MOSCOVICI & CHULVI, 2007), que distinguem os humanos dos animais.

Um apanhado de estudos elaborados por Leyens et al., (2000), permitiu que eles verificassem que algumas características como as emoções são essencialmente de base biológica e experimentadas por animais e humanos, por exemplo, raiva, dor, medo e alegria, estando todas elas associadas a respostas mais diretas e espontâneas (JOHNSON-LAIRD & OATLEY, 1989; CHULVI & PEREZ, 2003), enquanto que outras características, como as emoções secundárias a exemplo da empatia, amor, remorso e vergonha são mais complexos e derivam de respostas mais reflexivas e indiretas, que Kemper (1987), acredita serem provenientes da aprendizagem do meio social.

Nesse mesmo sentido, as emoções secundárias apresentam-se como mais duradouras e menos intensas do que as emoções primárias, justamente por estarem submetidas a reflexões morais, às normas e padrões sociais (LIMA & VALA, 2005).

⁴ Os sentimentos foram compreendidos como característica essencialmente humana, e as emoções como características pertencentes tanto aos seres humanos quanto aos animais. Tal distinção corresponde apenas às pessoas de língua Latina e às pessoas de língua Germânica, não aparecendo distinção, por exemplo, em pessoas de língua Inglesa. Adotaremos o termo *emoções primárias* para *emoções* e *emoções secundárias* para *sentimentos*, baseado nos estudos ingleses de Leyens et al. (2000).

Ademais, são menos visíveis, exigem um pouco mais de recursos cognitivos e são mais característicos do gênero feminino (BETANCOR, et al., 2005).

De acordo com Leyens et al., (2000), Lima e Vala (2005), Betancor, Rodríguez, Quiles e Rodríguez (2005), seria inadequado atribuir aos animais algumas emoções como vergonha, amor ou culpa; por outro lado, subestimar grupos humanos, negando-lhes emoções complexas seria um indicativo de preconceito e infra-humanização.

Os pesquisadores que adotam a teoria da infra-humanização acreditam que existe uma inclinação dos membros do grupo interno a atribuírem mais emoções secundárias para o próprio grupo, reservando as emoções mais rudimentares e inferiores ao grupo externo (exogrupo), excluindo-o dos padrões correspondentes aos humanos (PALADINO et al., 2002; COSTA-LOPES et. al., 2008; BAIN, PARK, KWOK & HASLAM, 2009; VAES & PALADINO, 2009).

Se por um lado existe essa inclinação, por outro lado, negam essas características aos membros do exogrupo, resultando em um favoritismo endogrupal e infra-humanização. Com efeito, o endogrupo tende a se sentir humanamente superior (VAES, 2004), e adotar critérios de avaliação social diferenciada ao exogrupo, mesmo não havendo qualquer tipo de conflito ou disputa entre os grupos (LEYENS & DEMOULIN, 2007), mas pela simples ameaça em termos de valores (PEREIRA, VALA, & LEYENS, 2007; VIKI, ZIMMERMAN, & BALLANTYNE, 2007).

Sobre isso, alguns autores têm opiniões em comum. Para Castano, Leyens e Paladino (2000), o comportamento endogrupal tem por objetivo proteger a auto-imagem do grupo. Outros acreditam que o intuito é fortalecer o grupo do qual os membros fazem parte (HAMMOND & AXELROD, 2006), e diminuir o estatuto do

exogrupo, atingindo negativamente a sua imagem (FERNANDES & PEREIRA, 2011).

Disso se depreende que o processo de infra-humanização cumpre a função de uma estratégia psicológica de enfrentamento de uma determinada situação, quando os indivíduos do grupo interno sentem-se confrontados diante de situações ameaçadoras dentro do próprio grupo social de pertencimento (CASTANO & GINER-SOROLLA, 2006).

Considerando esta linha de pensamento, compreende-se porque os membros dos grupos atribuem mais essência humana ao endogrupo, e consideram o exogrupo como menos humano (CORTES, et al., 2005). Mas em que sentido um humano seria mais humano ou menos humano do que outro? Leyens, et al., (2000), reportando-se a Buffon, dizem que os seres humanos são uma espécie única. Apesar disso, afirmam que o próprio cientista, ao compreender as inteirações humanas, fez menção a alguns grupos ou categorias que estariam mais próximos das espécies animais do que dos humanos, por exemplo, os negros.

A este respeito, as categorias que os autores se referem seriam aquelas de estatuto social desvalorizado, das quais Fernandes e Pereira (2011) citam (etnia, raça e gênero), posto que estas categorias possuem diferenças intergrupais significativamente ressaltadas, e, portanto, mais facilmente vistas como alvo de preconceito e discriminação. Levando em conta tais considerações e a tendenciosidade endogrupal, pode-se conjecturar que as pessoas, ao serem convidadas a caracterizar o endogrupo e o exogrupo, irão diferenciar o seu grupo com características mais positivas do que o grupo dos outros.

Assim, indiretamente, o endogrupo está sinalizando que é superior e mais humano do que o exogrupo, e o resultado disso seria uma forma particular e indireta

de exprimir o preconceito, que Leyens et al., (2000, 2003) chamaram de infra-humanização.

Segundo Vilhena (2007), Bar-Tal (1989) foi um dos primeiros pesquisadores que utilizou a infra-humanização no contexto de grupos minoritários. Bar-tal empregou o termo desumanização, a um grupo social categorizado como não humano, associado a uma espécie inferior, como os animais, ou super-humanas elevadas à categoria de criaturas demoníacas, em que os traços eram percebidos através de características extremamente negativas. Entretanto, os estudos que emergem da atribuição diferenciada de emoções primárias e secundárias foram inicialmente produzidos por Leyens et al., (2000; 2001; 2003) e Paladino et al., (2002), e partem do princípio de que a atribuição diferenciada de emoções é própria do contexto que marca as diferenças entre os grupos sociais.

No campo da Psicologia Social, Lima e Vala (2005), situam a infra-humanização em três planos distintos: (a) no plano dos valores, representado por características tipicamente humanas, momento em que é levado em conta o nível de evolução humana e aproximação com os valores morais, isto é, quanto menos próximo dos valores morais mais próximos da condição de não-humano (ESSES, HODSON & MIHIC, 2008), (b) no plano dos traços culturais e naturais, quando o exogrupo sofre uma espécie de desculturalização via atribuição diferenciada de características naturais e culturais, e (c) no plano das emoções, quando se destaca a negação de emoções secundárias, indicando que os grupos sociais podem ser infra-humanizados por essas três vias ou por uma delas (HASLAM, LOUGHNAN, & HOLLAND, 2013).

No Brasil, alguns estudos foram desenvolvidos dentro da teoria da infra-humanização. Especificamente contra negros (LIMA & VALA, 2004), contra

homossexuais (FLEURY & TORRES, 2007) e relacionando jovens e idosos (DE SOUSA, et. al., 2010). Relativo ao grupo feminino não foi encontrado nenhum estudo científico utilizando esse modelo teórico.

Na literatura internacional, encontrou-se, por exemplo, o trabalho de Viki e Abrams (2003), sobre sexismo e atribuição de emoções primárias e secundárias às mulheres, em que os autores afirmam que homens que apresentam elevado nível de sexismo benevolente atribuíram mais emoções secundárias positivas às mulheres do que homens com baixo nível de sexismo benevolente e, ao contrário, os indivíduos com alto nível de sexismo hostil negariam mais emoções secundárias positivas às mulheres do que indivíduos de baixo nível de sexismo hostil. Além disso, observaram que os homens que atribuem características mais animais ao grupo feminino, estão mais suscetíveis a assediar e vitimar sexualmente as mulheres.

Nessa mesma direção, Baldry, Pacilli e Pagliarol (2014), estudaram o efeito da violência praticada contra mulheres, por parceiros íntimos. O estudo foi realizado na Itália e contou com 303 universitários. Para metade da amostra foi lida uma história na qual algumas mulheres foram vítimas de agressão pelo parceiro, e admitiram infidelidade; para a outra metade da amostra as vítimas não admitiam infidelidade. Os participantes responderam a uma escala que contava com questões referentes a ajuda à vítima e com atribuição de emoções. Os resultados demonstraram que os participantes além de ajudarem menos às mulheres que admitiram infidelidade, também infra-humanizaram as vítimas, expressando preconceito contra elas. Os autores concluíram que, tanto o público em geral quanto os profissionais ligados à justiça podem demonstrar esse tipo de preconceito, e presumem um possível impacto sobre a forma como essas mulheres poderiam ser

tratadas em caso de buscar ajuda em algum dispositivo de proteção aos seus direitos.

É interessante destacar que o fenômeno da infra-humanização, assim como o preconceito, já aparece no universo das crianças. Chas, et al., (2015), listaram uma série de termos emocionais e solicitaram a 48 crianças que atribuíssem os termos listados ao grupo de pertencimento e ao grupo externo. Os autores constataram que as crianças infra-humanizam os membros dos grupos externos da mesma forma como fazem os adultos, reservando para o próprio grupo as emoções humanas, independentes de serem positivas ou negativas. Este resultado reforça a ideia de que o preconceito pode não aparecer pela via que coloca o indivíduo em condição de deseabilidade social, mas estando encoberto pode vir à baila através das emoções humanas, no processo de infra-humanização.

O modelo teórico de Leyens et al., (2003), que define a natureza humana como possuindo atributos exclusivos da espécie humana - emoções secundárias, favoreceu o desenvolvimento do estudo de Haslam, et al., (2008), sobre o processo de desumanização. No mesmo sentido da infra-humanização, a desumanização considera-se assim pela associação de pessoas com máquinas.

Haslam, et al., (2008), argumentaram que a desumanização é geralmente entendida como o ato de negar humanidade a alguém e sinalizaram duas formas de desumanizar. Uma seria pela mesma via da infra-humanização, ou seja, através da negação de atributos exclusivamente humanos a grupos sociais aproximando-os dos animais; a segunda seria pela negação de atributos de natureza humana como emotividade, desejo, calor e propriedades inatas, a grupos externos, comparando-os a robôs.

Para esses pesquisadores a desumanização não passa apenas pela atribuição de elementos animais aos humanos, ou sempre que as características definidoras de humanidade sejam negadas, mas inclui também a negação dos atributos ligados ao comportamento e à moralidade. Já a forma mecanicista, segundo os autores, passa pela negação de elementos da natureza humana, fazendo com que a pessoa pareça fria, insensível, rígida e sem individualidade. Neste sentido, à desumanização está subjacente a emotividade e o desejo, que, segundo eles, constituem os principais elementos da natureza humana, e que diferenciam humanos de robôs. Por outro lado, as propriedades que envolvem maior cognição e emoção, marcam a diferença entre humanos e animais.

Dentro deste modelo dual (infra-humanização e desumanização) os pesquisadores verificaram que foram consistentes aos animais níveis mais baixos de emoções secundárias, ou seja, verificaram que as emoções secundárias são mais associadas aos humanos do que aos animais, enquanto que aos robôs foram consistentes níveis mais baixos de emoções primárias e secundárias, significando que tanto o primeiro quanto o segundo grupo de emoções foram menos associados aos robôs. Nessas condições, comparar pessoas com máquinas (robôs) seria um nível mais elevado de negação da humanidade, pois implica a negação tanto de emoções primárias quanto de emoções secundárias.

Para além dessas considerações acerca da desumanização, observa-se que a infra-humanização se dá pela via da atribuição diferenciada de traços, valores e emoções, mas para efeito deste estudo serão adotados os traços e emoções, como elementos de análise da expressão do preconceito.

No que se refere a atribuição diferenciada de traços, pode-se indicar que os traços são características definidoras de seres humanos e de animais, e estão

representados em dois grupos: traços de natureza e traços de cultura. Os traços naturais são usados indiferenciadamente para descrição de seres humanos e de animais, enquanto os traços de cultura são tipicamente usados para descrição de seres humanos (LIMA & VALA, 2004).

De acordo com esses autores a avaliação de uma categoria com a atribuição de mais traços naturais e menos traços culturais é um indicador de infra-humanização. Num estudo em que eles hipotetizaram que os negros seriam mais avaliados em termos de traços naturais do que traços culturais, o resultado não se confirmou, entretanto confirmou-se a atribuição diferenciada de traços culturais aos grupos que obtêm sucesso do que para os grupos que fracassam. Com isso, os autores afirmam que a atribuição diferenciada de traços de cultura serve como um indicador de inferiorização e essencialização grupal.

Quadro 1. Lista de traços de natureza e cultura (LIMA & VALA, 2004)

Valência	Conteúdo	
	Natureza	Cultura
Negativos	Esperto Alegre Intuitivo Espontâneo Fisicamente hábil Livre Dócil Simples	Sincero ou leal Inteligente Progressista Sábio Competente Industriouso Civilizado
Positivos	Agressivo Ruidoso Selvagem Impulsivo Descontrolado Estúpido Feroz	Falso ou mentiroso Infantil Supersticioso Conservador Materialista Desonesto

Assim como os traços, as emoções são divididas em dois grupos, sendo um grupo formado pelas emoções primárias e outro grupo formado pelas emoções

secundárias. O primeiro grupo de emoções tem determinantes fisiológicos, portanto são compartilhadas por seres humanos e animais; o segundo grupo é exclusivo da experiência humana (LEYENS, et al., 2000).

Nos estudos feitos por esses autores, nas Ilhas Canárias, de Madrid e de Barcelona (1º estudo), e Ilhas Canárias e Granada (2º estudo), os participantes atribuíram mais emoções secundárias ao endogrupo. Os pesquisadores buscaram verificar se havia diferenciação na atribuição das emoções segundo o estatuto dos grupos ou a presença de conflitos, no qual perceberam que as emoções não sofreram interferências.

Quadro 2. Lista de emoções primárias e secundárias de Paladino et al. (2002), adaptada por Lima e Vala (2004)

<u>Valência</u>	<u>Emoções primárias</u>	<u>Emoções secundárias</u>
Positivas	Crueldade Medo Dor Terror Raiva	Despeito Decepção Culpa Remorso Vergonha Espanto
Negativas	Desejo Luxúria Atração Surpresa Prazer Alegria Excitação	Admiração Compaixão Felicidade Empatia Afeto Serenidade Amizade Esperança Amor

Este capítulo abordou três assuntos centrais que orientou este estudo: (a) O preconceito, que apresenta as principais acepções do preconceito vista a partir de um dos mais citados estudos sobre este assunto, publicado por Gold Allport em 1954, e outros mais recentes pesquisadores desta área, salientando-se o período Pós Segunda Guerra como um marco em que a ciência e a política começaram a se

interessar para o estudo dos preconceitos, sendo este um assunto ainda muito atual e tema de interesse de muitos pesquisadores, mas focado no racismo; (b) O preconceito contra as mulheres, onde se destaca o início das lutas e pautas de reivindicações, por parte das mulheres, em favor de igualdade de direitos, época que marca também o início dos estudos sobre o preconceito contra as mulheres, contexto que permitiu avançar no sentido das mudanças legislativas e das políticas públicas em favor das mulheres, por reconhecimento às consequências nefastas do preconceito e da discriminação contra as mulheres, reconhecidas, inclusive, pela ONU; e (c) A Infra-humanização, teoria que analisa uma forma particular de preconceito e discriminação contra as mulheres, através das análises das emoções e dos traços, e que já apresenta evidências empíricas de que as mulheres formam um grupo alvo de infra-humanização, utilizando-se como indicadores os traços e as emoções, conforme destacados nos quadros acima.

PARTE III: ESTUDO EMPÍRICO

3 OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres, a partir da teoria da infra-humanização.

3.2. Objetivos Específicos

Analisar a atribuição de emoções e traços às mulheres como indicador dos níveis de preconceito e infra-humanização;

Verificar a relação entre atribuição de emoções primárias e traços de natureza a homens e mulheres e o sexo dos participantes.

4 MÉTODO

4.1. Hipóteses

- H1: Os participantes do sexo masculino atribuirão mais traços de natureza e emoções primárias às mulheres do que em relação aos homens;

- H2: Os participantes do sexo feminino atribuirão menos traços de natureza e emoções primárias às mulheres do que em relação aos homens;
- H3: Os participantes do sexo masculino atribuirão mais traços culturais e emoções secundárias aos homens do que em relação às mulheres;
- H4: Os participantes do sexo feminino atribuirão mais traços culturais e emoções secundárias às mulheres do que em relação aos homens.

4.2. Participantes

A amostra foi composta por 309 estudantes universitários de Instituições públicas e privadas do estado de Sergipe e Alagoas, dos cursos de Psicologia, Engenharia e Direito, sendo, em sua maioria, do sexo masculino (52,1%), heterossexual (88,7%), com idades entre 18 e 33 anos ($M=23,3$; $D.P.= 3,80$). Esta seleção foi de conveniência (não-probabilística); participaram os indivíduos que estavam presentes e sendo solicitados a colaborar concordaram em fazer parte da pesquisa.

4.3. Instrumento

Para coleta de dados foi utilizado um livreto (ANEXO I) contendo algumas informações sociodemográficas que, além disso, contava com duas escalas para mensurar Atribuição Diferenciada de Emoções e Traços de Paladino et al., (2002), adaptada por para o contexto brasileiro por Lima e Vala (2004). As escalas solicitam ao participante que indique a frequência com que ele acredita que o grupo alvo

experimenta as emoções (ex.: medo, raiva, alegria, amor), e pode ser definido pelos traços (ex.: alegre, agressivo, civilizado, supersticioso) listados. Cada escala possui 16 itens, respondidos através da escala do tipo *likert*, com cinco pontos, que varia do *nunca* ao *sempre* e do *nada típico* a *totalmente típico*.

Buscou-se manter um equilíbrio entre os termos, adotando para o instrumento quatro emoções primárias e quatro emoções secundárias; quatro traços de natureza e quatro traços de cultura. Da mesma forma, equilibrou-se a Valência, das emoções e dos traços, ficando uma parte positivas e outra parte negativas.

Como o estudo consiste em analisar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres, adaptou-se a escala para dois modelos de grupos-alvo: homens e mulheres.

4.4. Procedimentos

Para atender à resolução nº 196/96 e 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde, que assegura os direitos, deveres e todos os critérios éticos que envolvem pesquisa com seres humanos, este estudo foi aprovado para execução, através do parecer número 416.755 de 04 de outubro de 2013 (ANEXO II).

Em relação à coleta de dados dentro das Instituições foi Solicitada a Autorização para a Pesquisa (SAP) (ANEXO III) que contém as informações necessárias acerca da natureza da pesquisa. Para a coleta dos dados, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), anexado ao instrumento de coleta de dados. As respostas foram dadas individualmente e o tempo de resposta durou aproximadamente 12 minutos.

4.5. Análise dos Dados

Procedeu-se a análise estatística dos dados utilizando-se o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 20). Foram realizadas análises estatísticas descritivas (media, desvio padrão, mínimo e máximo, erro padrão e intervalo de confiança de 95%), para descrição dos resultados em particular de cada uma das escalas, e o teste de tomada de decisão (t de *Student*), para comparar os escores médios dos construtos aqui considerados em função dos grupos.

5 RESULTADOS

Inicialmente no sentido de verificar se o resultado dos dados coletados corrobora com a primeira hipótese (H1 – os participantes do sexo masculino atribuirão mais traços naturais e emoções primárias às mulheres do que em relação aos homens), procedeu-se análises de comparação dos escores médios (*t de student*) entre participantes do sexo masculino e feminino (Tabela 1). O teste *t* [$t(307) = 3,949$; $p < 0,000$] indicou que existe diferença estatisticamente significativa entre os escores médios dos participantes do sexo masculino ($M = 3,13$; $D.P. = 0,64$), quando comparado ao sexo feminino ($M = 2,87$; $D.P. = 0,49$), em relação a atribuição de traços naturais, com efeito pequeno ($d=0,45$). Cohen (1992) recomenda que, para o tamanho do efeito do teste *t*, 0,20 é um efeito pequeno, 0,50 é um efeito médio, e 0,80 é um efeito grande. Com relação à atribuição de emoções para as mulheres, da mesma forma, os participantes do sexo masculino atribuíram mais emoções primárias às mulheres ($M = 3,62$; $D.P. = 0,38$), em relação ao sexo feminino ($M = 3,44$; $D.P. = 0,44$), com significância estatística [$t(307) = 3,854$; $p < 0,000$] e um efeito pequeno ($d=0,44$).

Tabela 1. Atribuição de traços naturais e emoções primárias mulheres, por homens (H1)

Variáveis	Sexo	Media	D.P. (Desvio Padrão)
Traços Naturais Mulheres	Masculino	3,14	0,64
	Feminino	2,88	0,50
Emoções Primárias Mulheres	Masculino	3,62	0,38
	Feminino	3,44	0,44

No tocante a testagem da segunda hipótese (H2 – as mulheres atribuiriam menos traços naturais e emoções primárias a elas mesmas do que em relação aos homens), os participantes do sexo feminino atribuíram menos traços de natureza às mulheres ($M = 2,88$; $D.P. = 0,50$), quando em comparação ao sexo masculino ($M = 3,14$; $D.P. = 0,64$). O teste t demonstrou existir diferença estatisticamente significativa [$t(307) = 3,948$; $p < 0,000$], com efeito pequeno ($d=0,46$). Em relação às emoções primárias, participantes do sexo feminino apresentaram escores médios inferiores ($M = 3,44$; $D.P. = 0,44$), em comparação ao sexo masculino ($M = 3,62$; $D.P. = 0,38$) com diferenças estatisticamente significativa [$t(307) = 3,854$; $p < 0,000$], com efeito pequeno ($d=0,44$), corroborando com a H2 (Tabela 2).

Tabela 2. Atribuição de traços naturais e emoções primárias mulheres, por mulheres (H2)

Variáveis	Sexo	Media	D.P (Desvio Padrão)
Traços Naturais Mulheres	Masculino	3,14	0,64
	Feminino	2,88	0,50
Emoções Primárias Mulheres	Masculino	3,62	0,38
	Feminino	3,44	0,44

Em relação a uma maior atribuição de traços culturais para mulheres por parte dos participantes, quando comparado aos participantes do sexo feminino, o teste t não apontou diferenças estatisticamente significativas, contudo no que tange a atribuição de emoções os resultados indicaram que os homens atribuíram, em média, mais emoções secundárias para eles mesmos ($M = 3,05$; $D.P. = 0,52$), quando comparada a média do sexo feminino ($M = 2,82$; $D.P. = 0,44$), com resultado estatisticamente significativo [$t(307) = 4,008$; $p < 0,000$], com um efeito

pequeno ($d=0,47$). Nesse sentido, pode-se afirmar que a hipótese 3 (H3) foi parcialmente corroborada (Tabela 3).

Tabela 3. Atribuição de traços culturais e emoções secundárias homens, por homens (H3)

Variáveis	Sexo	Media	D.P. (Desvio Padrão)
Traços Culturais Homens	Masculino	2,89	0,60
	Feminino	2,90	0,50
Emoções Secundárias Homens	Masculino	3,05	0,52
	Feminino	2,82	0,44

Por fim, com relação a hipótese 4 (H4 – os participantes do sexo feminino atribuíram mais traços de cultura e emoções secundárias às mulheres do que em relação aos homens), foram realizadas comparações entre os escores médios de atribuição de traços feminino, entre participantes do sexo masculino e feminino, indicando que não houve diferença estatisticamente significativa. Entretanto, para a atribuição de emoções secundárias para mulheres, encontrou-se uma media maior de atribuição de participantes do sexo feminino ($M = 3,66$; $D.P. = 0,40$), em comparação aos participantes do sexo masculino ($M = 3,14$; $D.P. = 0,49$), reportando uma diferença estatisticamente significativa [$t(307) = -9,924$; $p < 0,000$], com um efeito grande ($d=1,15$). Esse resultado indica que as mulheres atribuíram mais emoções secundárias a elas mesmas do que em relação aos homens, corroborando, em parte, com H4 (Tabela 4).

Tabela 4. Atribuição de traços culturais e emoções secundárias mulheres, por mulheres (H4)

Variáveis	Sexo	Media	D.P. (Desvio Padrão)
Traços Culturais Mulheres	Masculino	2,54	0,41
	Feminino	2,50	0,45
Emoções Secundárias Mulheres	Masculino	3,14	0,49
	Feminino	3,66	0,40

Conjuntamente verifica-se que houve uma prevalência de atribuição de traços de natureza e emoções primárias às mulheres, por parte dos homens, e menor atribuição desses traços e emoções por parte das mulheres em relação a elas mesmas. Como hipotetizado, o estudo empírico identificou que ambos os grupos atribuíram mais emoções secundárias, para o próprio grupo, coincidindo com os estudos teóricos. Em relação aos traços de cultura, que também se esperava haver uma maior atribuição aos endogrupos não se confirmou.

6 DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres como indicador dos níveis de preconceito, a partir da teoria da infra-humanização. As pesquisas acerca da infra-humanização têm mostrado que as pessoas reservam para si e seu grupo de pertencimento traços culturais (PÉREZ, MOSCOVICI & CHULVI, 2007), assim como as respostas emocionais que fazem parte do repertório unicamente humano - emoções secundárias - deixando para as outras pessoas ou grupos as respostas emocionais que fazem parte do repertório de animais e humanos - emoções primárias (LEYENS, et al., 2001; DEMOULIN, et al., 2009; RODRIGUES-PEREZ, et al., 2014).

Compreende-se que a infra-humanização forma uma intersecção com o preconceito, pois está intrinsecamente ligada ao favoritismo endogrupal, tendo como efeito o processo sutil de exclusão do exogrupo, podendo criar um contexto favorável à discriminação e hostilidade intergrupal (MORENO SALAS & SMITH-CASTRO, 2009).

Com base na teoria da Infra-humanização buscou-se analisar as respostas dos participantes em termos da atribuição de emoções e traços, a fim de responder aos objetivos deste estudo. De modo geral, verificou-se uma prevalência de maior atribuição de traços de natureza e emoções primárias às mulheres, por parte dos homens, consistente com a teoria da infra-humanização (LEYENS, et al., 2001), indicando que as respostas dos participantes do sexo masculino infra-humanizaram as mulheres ao nível da atribuição de traços de natureza, coincidindo com os estudos de Lima e Vala (2004), Correia, Brito, Vala e Pérez (2004), e das emoções,

conferidas por Leyens, et. al., (2001), Rudman e Mescher (2012), Delgado, et al., (2012), Leyens, et al., (2007), e Rodríguez-Pérez, et al., (2011).

Por outro lado, os participantes do sexo masculino atribuíram mais emoções secundárias a eles mesmos, confirmando a tendência ao favoritismo endogrupal. Este resultado reforça o indicador de infra-humanização às mulheres, ao passo que, atribuíram mais emoções secundárias a eles mesmos, e mais traços de natureza e emoções primárias às mulheres.

Existe a suposição de que, quando se reserva emoções unicamente humanas para o próprio grupo, tais emoções são negadas ao exogrupo, sendo este grupo excluído dos padrões de humanidade. Isso demonstra uma atitude sutil de preconceito e infra-humanização do grupo externo (LEYENS, et al., 2001; PALADINO et al., 2002; COSTA-LOPES et al., 2008; DEMOULIN, et al., 2009). Como o grupo externo é o grupo das mulheres, ele estaria ocupando este lugar de infra-humano. Considerando que este grupo sempre foi alvo marcante de muitos preconceitos e discriminação (MIL, 2006; CERQUEIRA et. al., 2014), seria razoável pensar que tal grupo foi alvo de preconceito.

Em relação aos traços para homens não houve diferença estatisticamente significativa de atribuição de traços culturais para homens. Com isso, realizamos uma análise inversa, para verificar se o resultado apresentava valores significativos em relação à atribuição deste tipo de traços para mulheres. Da mesma forma, não ocorreu diferença significativa nos resultados, demonstrando que os participantes de ambos os sexos atribuíram valores iguais aos grupos.

Os resultados dessas primeiras análises corroboram com a teoria da infra-humanização, mostrando que houve uma certa inclinação endogrupal capaz de elevar o *status* dos grupos à condição de humano. De acordo com Rudman e

Mescher (2012), Delgado, et al., (2012), Leyens, et al. (2007) e Rodríguez-Pérez, et al., (2011), o resultado mostra a presença de discriminação social entre o grupo dos homens frente ao grupo das mulheres, baseada na distinção entre os traços e emoções, uma vez que esses elementos são utilizados como critério de discriminação entre os grupos (DELGADO, et al., 2012; LEYENS, et al., 2007; RODRÍGUEZ-PÉREZ, et al., 2011).

Em relação às mulheres, elas atribuíram menos traços naturais e emoções primárias a elas mesmas, embora com efeito pequeno, ao tempo em que lhes atribuíram mais emoções secundárias, com efeito grande, revelando uma forte inclinação endogrupal. Para Leyens et al., (2000), o favoritismo endogrupal consiste numa tendência que admite manifestações particulares dos membros dos grupos para atribuir mais características positivas ao endogrupo do que ao exogrupo, seu princípio básico é estabelecer uma diferenciação positiva do grupo interno em relação ao grupo externo, a fim de proteger o seu grupo e a identidade social (TAJFEL, 1982; TAJFEL & TURNER, 1986).

Nesse sentido, os participantes do sexo feminino, estariam inclinados a adotar uma atitude diferenciada e positiva em relação ao próprio grupo, pelo fato de estabelecerem uma forte relação entre as características pertencentes unicamente ao universo dos humanos e o próprio grupo (CORTES, et. al., 2005; PALADINO et al., 2002; LEYENS, et al., 2000). Porventura os participantes do sexo feminino atribuíssem menos traços e afetos experimentados unicamente por humanos, seria um indicativo de ausência de identificação com o próprio grupo ou de que tais participantes julgassem o seu próprio grupo de forma negativa (RODRÍGUEZ-PÉREZ, et al., 2011).

Existe a ideia de que o favorecimento endogrupal serve tanto para fortalecer o próprio grupo (HAMMOND & AXELROD, 2006), como para diminuir o estatuto do exogrupo, atingindo negativamente a sua imagem (FERNANDES & PEREIRA, 2011). No entanto, o grupo das mulheres por se tratar de um grupo minoritário, alvo de muitos preconceitos e discriminação por parte dos homens, e como não existe preconceito e discriminação de grupos minoritários contra grupos majoritários, não se pode afirmar que os participantes do sexo feminino demonstraram uma atitude preconceituosa em relação aos homens. Neste caso, a prevalência de emoções secundárias em favor do endogrupo segue a tendência natural para associar este tipo de emoção ao próprio grupo, como reportado nos estudos de Leyens et al., (2001) e Delgado et al., (2012).

Relativo aos traços culturais, o padrão de resposta expresso pelos participantes do sexo feminino foi igualmente ao padrão de resposta expresso pelos participantes do sexo masculino, não havendo significância estatisticamente para nenhum dos dois grupos analisados. Talvez esta constatação possa ser explicada com base no argumento de que a opinião dos participantes nas respostas deste estudo estaria sendo regulado pelas normas de desejabilidade social, que são facilmente identificadas através de características não emocionais (DELGADO, et al., 2009), ou que não seja um bom indicador de avaliar a infra-humanização entre esses dois sexos (DELGADO, 2008).

Segundo Delgado (2008), a teoria da infra-humanização privilegia o estudo das emoções, baseado na suposição de que os membros dos grupos não devem sofrer influência da condição social dos membros do grupo externo, ao atribuir os termos emocionais, porque as emoções não estão sob o controle das normas sociais. Ao contrário, a atribuição das características que se associam ao *status*

social, sofreria tal influência, porque os membros dos grupos estariam se guiando pelas normas igualitárias (LIMA, 2011), que desde o final dos anos 40, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a garantia de tratamento igualitário vem influenciando as atitudes das pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho consistiu em verificar a atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres, a partir da teoria da Infra-humanização. Especificamente avaliar a existência de atribuição diferenciada de emoções e traços às mulheres como indicador dos níveis de preconceito, e verificar a relação entre sexo dos participantes e a atribuição de emoções primárias e traços de natureza a homens e mulheres. Para tanto, seguiu-se a orientação teórica da infra-humanização, que considera a atribuição de emoções primárias e traços naturais como os principais indicadores de infra-humanização, caracterizando-se, assim, uma forma sutil de preconceito intergrupais.

A previsão de que as mulheres seriam infra-humanizadas, através de emoções primárias e traços de natureza foi confirmada neste estudo. De maneira geral, os resultados indicaram que a categoria-alvo (Mulheres) foi vítima de preconceito, uma vez que este está relacionado ao processo de infra-humanização. Neste caso específico, admite-se com base em estudos científicos que os homens que atribuem mais características animais às mulheres são mais violentos e suscetíveis a praticar violência sexual contra elas, pois as percebem como sub-humanas. Isto constitui um ponto importante de debate no que se refere aos meios para enfrentar as formas extremadas de expressão do preconceito e discriminação contra as mulheres.

Como mostrado em outros estudos da área de investigação da infra-humanização, os indivíduos ao serem convidados a avaliar o exogrupo pela via das emoções e traços, eles são motivados a caracterizarem tais grupos com mais emoções e traços compartilhados por humanos e animais do que aqueles

unicamente do universo humano. Notadamente foi o que ocorreu entre os dois grupos aqui analisados, com uma prevalência de atribuição dessas emoções e traços por parte dos participantes do sexo masculino em relação ao grupo das mulheres, caracterizando-as como seres infra-humanos.

Pode-se concluir a partir dessas evidências, que não cabe aqui uma interpretação inequívoca de que o preconceito e a discriminação contra as mulheres são fenômenos em extinção, com base na existência de políticas de igualdade entre ambos os sexos. Esta interpretação é válida quando se trata da expressão do preconceito aberto, no caso de o indivíduo preconceituoso perceber a possibilidade de penalidade ou censura, porque está controlado tanto pela lei quanto pela pressão social do politicamente correto. Essa interpretação ajuda compreender a atribuição dos traços de cultura, que não apresentou nenhuma diferença estatisticamente significativa para qualquer um dos grupos estudados. Provavelmente porque estas características estão relacionadas ao *status* social, que pode sofrer influência das normas igualitárias, que guiam os comportamentos das pessoas, diferentemente das emoções que não são atingidas por tais normas.

Neste sentido, os traços culturais surgem como um fator de limitação para este estudo, porque parece não constituir um bom indicador de análise do preconceito indireto. Agrega-se a isto o tamanho da amostra, e por se tratar de estudantes universitários, que embora aceitável considera-se não representativa do contexto em que este estudo foi realizado, e a própria teoria da infra-humanização, que apesar de existir uma série de estudos, há uma certa limitação de pesquisas sobre formas de preconceito e infra-humanização com o grupo das mulheres.

No Brasil há poucas publicações, e nenhuma envolvendo o grupo dos homens e das mulheres, ficando, desde já, em aberto, uma agenda para que este

estudo possa ser replicado em outros contextos, levando-se em consideração deferentes variáveis como a idade, o nível de educação, diferenças culturais, incluindo profissionais que trabalham em dispositivos de proteção legal de direitos, a fim de verificar se o padrão de resposta se repete.

Com esta pesquisa, espera-se agregar alguma contribuição aos estudos já desenvolvidos no Brasil e que possa contribuir para o estudo dos preconceitos e do preconceito contra as mulheres, a partir deste viés teórico. Da mesma forma, espera-se que possa servir de contribuição em propostas de intervenções sociopolíticas em relação à prática de violência contra a mulher, no sentido de orientar comportamentos antinormativos contra o grupo alvo, uma vez verificado que homens que infra-humanizam as mulheres são mais suscetíveis à prática de violência sexual contra o sexo feminino.

Ademais, se a infra-humanização das mulheres pode estar associada à prática de violência sexual e à violência como um todo, a teoria da infra-humanização pode ser bastante útil para trabalhar essa problemática. É neste sentido que esse estudo visa colaborar.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper
- Allport, G.W. (1962). *La naturaleza del prejuicio*. Argentina: UEDEBA.
- Allport, G. (1979). *The nature of prejudice* (3rd ed.). New York: Addison-Wesley Publishing Company. (Original publicado em 1954).
- Baldry, A. C.; Pacilli, M. G.; Pagliaro, S. (2014). She's Not a Person. . . She's Just a Woman! Infra-Humanization and Intimate Partner Violence. Italy, *Journal of Interpersonal Violence*, 1–16.
- Bandeira, L., & de Almeida, T. M. C. (2009). Desafios das políticas e ações em saúde diante da violência contra as mulheres. *Revista SER Social*, 10(22), 183-212.
- Bar-Tal, D. (1989). Delegitimization: The extreme case of stereotyp in gand prejudice. In D. Bar-Tal, C. Graumann, A. Kruglanski, & W. Stroebe (Eds.), *Stereotyping and prejudice: Changing conceptions*. New York, NY: Springer
- Bar-Tal, D. (1989). *Group beliefs: A conception for analyzing group structure, processes, and behavior*. New York, NY: Springer-Verlag.
- Belo, R. P., Souza, T. R., & Camino, L. (2010). Análise de repertórios discursivos sobre profissões e o sexo: um estudo empírico na cidade de João Pessoa. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 23-31
- Betancor, V.; Rodríguez, A.; Quiles, M. N.; Rodríguez, R. (2005). Relación de lainfrahumanización del exogrupo com los procesos de inferencia y memoria. Universidad de La Laguna .*Psicothema*, Vol. 17, nº 3, pp. 447-452.
- Bain, P., Park, J., Kwok, C., & Haslam, N. (2009). Attributing human uniqueness and human nature to cultural groups: Distinct forms of subtle dehumanization. *Group Processes & Intergroup Relations*, 12(6), 789-805.
- Boxer, C. R., *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica (1415-1815)*, Lisboa, Horizonte, 1997
- Brabo, T. S. A. M. (2006). A pedagogia do Movimento Feminista na luta contra o preconceito e pelos direitos das mulheres. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero*.
- Brasil. Código Civil. (2003). *Código Civil quadro comparativo 1916/2002*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

- Brasil. Lei n. 11.340 (Lei Maria da Penha). (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*.
- Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas.
- Camino, L., Da Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Capozza, D., Di Bernardo, G. A., Falvo, R., Vianello, R., & Calò, L. (2014). Humanness attributions and individuals with intellectual and developmental disabilities. Manuscript submitted for publication.
- Carvalho, S. A. R., & Rodrigues, T. C. (2007). Raça e Gênero na Formação da Nação Brasileira. *Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas*.
- Casas Martínez, M. D. L. L. (2008). Prejuicios, Estereotipos y Discriminación: reflexión ética y psicodinâmica sobre la selección de sexo embrionario. *Acta bioethica*, 14(2), 148-156.
- Castano, E., & Giner-Sorolla, R. (2006). Not quite human: infrahumanization in response to collective responsibility for intergroup killing. *Journal of personality and social psychology*, 90(5), 804.
- Castillo, M., Rodríguez, V., Torres, R., Pérez, A., Martel, E. (2003). La medida de la homofobia manifiesta y sutil. *Psicothema*, 15, 197-204.
- Castro, J. D. A. B., & Silva, C. V. (2014). A população feminina economicamente ativa de Anápolis: características socioeconômicas no período de 2010-2011. *Revista Educação & Mudança*, (23), 01-a.
- Cerqueira, C., Magalhães, S., Santos, A., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). De outro gênero: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo.
- Cerqueira-Santos, E.; De Souza, E. (2011). Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal. Elza Maria Techio e Marcos Eugênio Oliveira Lima (Orgs.). Brasília: Technopolitik.
- Chas, A., Betancor, V., Rodríguez-Pérez, A., & Delgado, N. (2015). Differential attribution of secondary emotions to members of the ingroup and the outgroup: infrahumanization bias in children/Atribución de sentimientos a miembros del endogrupo y del exogrupo: el sesgo de infrahumanización en niños. *Estudios de Psicología*, (ahead-of-print), 1-23.
- Cohen, J. (1992). A Power Primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155-159.

- Chulvi, B. & Pérez, J. A. (2003). Preconceito e Representação Social dos Ciganos in M. L. Lima, P. Castro & M. Garrido (orgs.), *Temas e Debates em Psicologia Social* (pp.37-53). Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, A. A. A. (2013). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2).
- Cortés, B., Demoulin, S., Rodríguez-Torres, R., Rodríguez-Pérez, A. & Leyens, J.Ph. (2005). Infrahumanization or familiarity? Attribution of uniquely human emotions of the self, the ingroup and the outgroup. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 243-253.
- Costa-Lopes, R., Vala, J., Pereira, C. & Aguiar, P. (2008). A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais. In: M. V. Cabral et al. (Eds.). *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 769-790
- CPMI. (2013). Relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher.
- Comissão Permanente das Mulheres Advogadas/CPMA. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Rio de Janeiro, 2004/2006.
- Crisp, R. J., & Turner, R. N. (2012). The imagined contact hypothesis. *Advances in experimental social psychology*, 46, 125-182.
- De Assis Duarte, E. (2012). Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. *Scripta*, 13 (25).
- Delgado, N. D. (2008). Dependencia contextual de la infrahumanización. *Unpublished doctoral thesis*. Universidad de La Laguna, Tenerife, Spain.
- Delgado, N., Betancor, V., Rodríguez-Pérez, A. & Ariño, E. (2012). Si los exogrupos son solidarios, entonces son humanos. El efecto de un contexto prosocial en la infrahumanización (If outgroups are solidary, then they are human. The effect of prosocial context on infrahumanisation). *Revista de Psicología Social*, 27 (2), 131-141.
- Demoulin, S., Cortes, B. P., Tendayi Viki, G., Rodriguez, A. P., Rodriguez, R. T., Paladino, M. P., & Leyens, J.-P. (2009). The role of in-group identification in infra-humanization. *International Journal of Psychology*, 44, 4-11.
- Discriminação, P. Y. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 556-571.
- Duckitt, J. (1992). A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47, 1182-1193.
- Duckitt, J. (1992). *The social psychology of prejudice*. London: Praeger Publishers.

- Esses, V. M., Veenvliet, S., Hodson, G. & Mihic, L. (2008). Justice, morality, and the dehumanization of refugees. *Social justice research*, 21, 4-25.
- Falvo, R., Capozza, D., Di Bernardo, G. A., & Pagani, A. F. (2015). Can imagined contact favor the “Humanization” of the homeless?. *TPM: Testing, Psychometrics, Methodology in Applied Psychology*, 22(1).
- Fernandes, S. (2008). Breves reflexões sobre o preconceito. *Psicologia em foco*, 1(1), 23-31.
- Fernandes, S., Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: um estudo acerca do preconceito. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(3), 490-498.
- Fiske, S. & Taylor, S. (1991). *Social cognition*. New York: McGraw-Hill.
- Fleury, A. R. D.; Torres, A. R. (2007). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estud. psicol.* (Campinas), Campinas, v. 24, n. 4, dezembro 2007.
- Formiga, N. S. (2009). ATITUDES FRENTE AOS GRUPOS MINORITÁRIOS EM BRASILEIROS. *Revista de Psicologia*, 12(17).
- França, D. X. (2011). A socialização e as relações interétnicas. *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Ana Raquel Rosas Torres, et al. (Orgs.). Brasília: Technopolitik.
- Gaertner, S. L., & McLaughlin, J. P. (1983). Racial stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristics. *Social Psychology Quarterly*, 23-30.
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2011). Gênero. *Psicologia social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik
- Garcia, L. P., de Freitas, L. R. S., da Silva, G. D. M., & Höfelmann, D. A. (2013). Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. *IPEA*.
- Gomes, N. P.; Diniz, N. M. F. (2008). Homens desvelando as formas da violência conjugal. *Acta Paul Enferm*, 21(2): 262-7.
- Gomes, N. P.; Diniz, N. M. F.; Araújo, A. J. S.; Coelho, T. M. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm*, 21(2): 262-7.
- Guerra, P. B. D. C. (2002). Psicologia social dos estereótipos. *Psico-USF*, 7(2), 239-240.
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 18(2), 269-287.

- Hammond, R. A., & Axelrod, R. (2006). The evolution of ethnocentrism. *Journal of Conflict Resolution*, 50(6), 926-936.
- Haslam, N., Kashima, Y., Loughnan, S., Shi, J., & Suitner, C. (2008). Subhuman, inhuman, and superhuman: Contrasting humans with nonhumans in three cultures. *Social Cognition*, 26(2), 248-258.
- Haslam, N., Loughnan, S., & Holland, E. (2013). The psychology of humanness. In *Objectification and (De) humanization* (pp. 25-51). Springer New York.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Orgs.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 119-143). New York: Harvester
- Hirata, H.; Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://censo2010.ibge.gov.br/>
- Johnson-Laird, P. N., & Oatley, K. (1989). The language of emotions: An analysis of a semantic field. *Cognition & Emotion*, 3, 81-123
- Jones, J. M. (1973). *Racismo e preconceito*. São Paulo: E. Blucher.
- Kaszniak; *Emotions, Qualia, and Consciousness*, Singapore: World Scientific Publishing, 2001
- Kemper, T. D. (1987). How many emotions are there? Wedding the social and automatic components. *American Journal of Sociology*, 93 (2), 263-289
- Krug, E. G. et al. (2002). *World report on violence and health*. Geneve: World Health Organization.
- Lepore, L., & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable?. *Journal of personality and social psychology*, 72(2), 275.
- Leyens, J.; Demoulin, S. (2007). Infra-humanization: The Wall of Group Differences. *Social Issues and Policy Review*, Vol. 1, No. 1, 2007, pp. 139-172
- Leyens, J. Ph., Cortes, B. P., Demoulin, S., Dovidio, J. F., Fiske, S. T., Gaunt, R. (2003). Emotional prejudice, essentialism, and nationalism. *European Journal of Social Psychology*, 33, 704-717.
- Leyens, J., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European journal of social psychology*, 31(4), 395-411. 301
- Leyens, J., Paladino, P., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: the attribution of

secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and social psychology review*, 4(2), 186-197.

Lima, M. E. O. (2011). Preconceito. *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Ana Raquel Rosas Torres, et al. (Orgs.). Brasília: Technopolitik

Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). A cor do sucesso: efeitos da performance.

Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 309-319.

Lobera, I. J., & Fernández, M. R. (2008). Influencia de los estereotipos en la percepción de la obesidad. *Nutrición Hospitalaria*, 23 (4).

Mill, J. S. (2006). A Sujeição das Mulheres. Tradução de Benedita Bettencourt. Almedina, Coimbra.

Moreno Salas, M., & Smith-Castro, V. (2009). Infra-humanización: atribución de emociones primarias y secundarias y su relación con prejuicio moderno. *Interamerican Journal of Psychology*, 43(3), 566-576.

Molinier, P., & Welzer-Lang, D. (2009). Feminilidade, masculinidade, virilidade. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 101-106.

ONU. Organização das Nações Unidas. <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situação/>

ONU Mulheres. (2011). O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres.

Paladino, P.M, Leyens JP, Rodriguez RT, Rodriguez AP, Gaunt R, et al. (2002). Differential associations of uniquely and nonuniquely human emotions with the in-group and the out-group. *Group process and intergroup relations*, 5,105-17.

Pereira, C., Vala, J., & Leyens, J. Ph. (2007). From prejudice to discrimination: The role of threat perception and social norms in opposition to Turkish accession to the European Union. Manuscript under preparation.

Pérez, J. A., Moscovici, S., & Chulvi, B. (2007). The taboo against group contact: Hypothesis of Gypsy ontologization. *British Journal of Social Psychology*, 46(2), 249-272.

Rios, R. R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In F. PocaHy (Org.), *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 27-48). Porto Alegre: Nuances.

- Rodríguez-Pérez, A., Delgado, N., Betancor, V., Leyens, J. Ph. & Vaes, J. (2011). Infrahumanization of outgroups throughout the world. The role of similarity, intergroup friendship, knowledge of the outgroup and status. *Anales de Psicología*, v. 27. N. 3.
- Rodriguez-Perez, A. et al., (2014). Normative data for 148 Spanish emotional words in terms of attributions of humanity. *Anal. Psicol.*, Murcia, v. 30, n. 3.
- Rose, Arnold M. (1972). A origem dos preconceitos. IN: Raça e ciência II(1960). Coleção Debates. São Paulo. Perspectiva.
- Rousseau, J. J. (2009). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. (P. Neves, trad.). Porto alegre: L&PM. (Obra original publicada em 1755).
- Rudman, L. A., & Mescher, K. (2012). Of Animals and Objects Men's Implicit Dehumanization of Women and Likelihood of Sexual Aggression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(6),
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1991.
- Silva, S. G. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 556-571.
- Soares, V. (1994). Movimento Feminista Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, 11.
- Souza, M. C. (2009). A convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e suas implicações para o direito brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, vol. 5, pp. 346-386.
- Tajfel, H. (2010). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual review of psychology*, 33 (1).
- Vaes., J et al. (2004). "On the behavioural consequences of infra-humanization: The implicit role of uniquely human emotions in intergroup relations". *Journal of Personality and Social Psychology* 87: 186–197.
- Vaes, J., & Paladino, M. P. (2009). The uniquely human content of stereotypes. *Group Processes & Intergroup Relations*.

- Viki, G. T., & Abrams, D. (2003). Infra-humanization: Ambivalent sexism and the attribution of primary and secondary emotions to women. *Journal of experimental social psychology*, 39 (5), 492-499.
- Viki, G. T., Zimmerman, A., & Ballantyne, N. (2007). Dehumanization and attitudes towards the ill-treatment and social exclusion of Muslims: The mediating role of perceived symbolic threat. *Manuscript under review*.
- Vilela, L. (1973). *O fim de tudo: contos*. Editora Liberdade.
- Vilhena, J. (2007). A violência da cor. Sobre racismo, alteridade e intolerância. *Revista psicologia política*. 6(12), 1-25.
- Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da Violência 2012. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro. Cebela; Flacso. 21 2234-1896 2334-0890
- Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da violência: os novos padrões da Violência homicida no Brasil. 1ª edição, São Paulo.